

A utilização do patrimônio como cenário para o consumo e a fruição turística: estratégias de produção de imagem do bairro Praia Grande-MA*

Fecha de recepción: 26 de febrero de 2010. Fecha de aceptación: 24 de marzo de 2010

Georgia Patrícia da Silva

Doutoranda em Política Pública

Professorado Permanente

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima

geoufpe@yahoo.com.br

Edileuza Lopes Sette Silva

Mestre em Ciências Biológicas

Assessora Técnica em Desenvolvimento Sustentável

SEBRAE

edileuzasette@hotmail.com

Resumo Este trabalho teve como objetivo analisar as implicações na dinâmica urbana do bairro Praia Grande, localizado no Centro Histórico da Cidade de São Luís-MA, Brasil, relacionadas à implementação do Programa de Preservação e Revitalização Urbana, implementado no fim da década de 1970. Utilizou-se de pesquisa documental e observação participante para apreender as transformações ocasionadas nesse espaço urbano. Pode-se observar que com a refuncionalização turística o bairro central sofreu diversas alterações físicas e simbólicas. Outro resultado encontrado é a perspectiva contraditória assumida pelo patrimônio cultural na medida em que um conjunto de elementos foi selecionado para (re)construir o sentido de identidade e memória da cidade e ao mesmo tempo contribuiu para a despersonalização quando tornou-se um mero produto comercializado para o turismo.

Palavras-chave Patrimônio, praia grande, preservação, turismo.

Palavras-chave descritor Reabilitação urbana, Barrio Praia Grande, São Luís-Mranhão, Brasil, Patrimônio Cultural, embelezamento urbano, Turismo.

* O artigo é produto da pesquisa do doutorado, em fase de conclusão. O projeto está vinculado à Universidade Federal de Pernambuco - UFMA no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado e Doutorado. Área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais. Linhas de pesquisa - Estado e Cultura.

Use of architectural heritage as a scenery for tourist consumption: strategies for image production of *Praia Grande-MA* neighborhood

Abstract This study aimed to examine the implications on the urban dynamics of the district of “Praia Grande”, located in the historic city of Sao Luis, Brazil, related to the implementation of the Preservation and Urban Revitalization Program in the late 1970s. Documental research and participant observation to capture the changes brought about in its urban space were used. It is possible to see how the tourist refunctionalization impacted the central district physically and symbolically. Another finding is the approach taken by the contradictory cultural heritage in that a number of factors was selected to (re)build a sense of identity and memory of the city and, at the same time, that it contributed to the depersonalization when it became a mere product marketed for tourism.

Key words author Heritage, Praia Grande, Preservation, Tourism.

Key words plus Urban Renewal, Barrio Praia Grande, São Luís-Mranhão, Brazil, Cultural Heritage, Urban Beautification, Turismo.

Utilización del patrimonio como escenario para el consumo y el usufructo turístico: estrategias de producción de imagen en el barrio Praia Grande-MA

Resumen Este trabajo tuvo como objetivo analizar las implicaciones en la dinámica urbana del barrio Praia Grande, localizado en el Centro Histórico de la Ciudad de São Luís-MA, Brasil, relacionados con la implementación del Programa de Preservación y Revitalización Urbana en fines de la década de 1970. Fue utilizada investigación documental y observación participante para captar las transformaciones provocadas en el espacio urbano. Es posible observar que el cambio de funciones en dirección a la actividad turística llevó muchas alteraciones físicas y simbólicas al barrio central. Otro resultado encontrado es del punto de vista de la perspectiva contradictoria asumida por el patrimonio cultural con la selección de un conjunto de elementos para (re)construir el sentido de identidad y memoria de la ciudad. Esto contribuyó para la depersonalización y transformación del barrio en simples producto comercializado para el turismo.

Palabras clave autor Patrimonio, praia grande, preservación, turismo.

Palabras clave descriptor Rehabilitación urbana, Barrio Praia Grande, São Luís-Mranhão, Brasil, patrimonio cultural, embellecimiento urbano, Turismo.

Introdução

A sociedade contemporânea tem-se caracterizado por um conjunto de transformações que implicaram em alterações no uso e na função dos bens históricos, ditos patrimônio cultural, capitaneadas pela primazia do mercado. O fortalecimento de atividades produtivas orientadas para a valorização do entretenimento associado ao turismo levou muitas cidades a criarem, “descobrirem”, inventarem e publicizarem diversos atrativos.

O discurso atual das instituições promovedoras do turismo consiste em apresentar o patrimônio cultural¹ como um vetor de desenvolvimento econômico e social para as regiões, pela criação de inúmeros empreendimentos em função da possível atração de novos consumidores.

Esta postura passou a ser adotada em muitos lugares, que embora estejam em diferentes partes do globo, tendem a homogeneizar os serviços ofertados, o que tem gerado várias conseqüências para as cidades consideradas históricas, por suas particularidades. Para Santos (1996) essas ações tornam-se cada vez mais intensas porque as cidades se transformam física e imaginariamente, contribuindo, assim, para criar idéias de espaços hegemônicos, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo matrizes globais em contraposição a comportamentos locais, distantes desta mesma lógica.

Com a homogeneização dos serviços tem-se registrado pelo menos três comportamentos comuns quando se refere à atração de lugares no Brasil. O primeiro consiste na criação e exploração do patrimônio cultural para atrair pessoas, passando a ser divulgado e incorporado pelas políticas públicas. Observa-se, dessa maneira, o crescimento de bens materiais e imateriais transformados em patrimônio. A busca da certificação do patrimônio pelas instituições “legitimadas” promoveu uma corrida por imagens, aspectos “valorativos”, que contribui para a sua legitimação, por meio do tombamento². Para Fonseca (1997, p. 42), o que transforma um bem cultural em um bem patrimonial é exatamente a sua institucionalização. Ou seja, o bem patrimonial é definido pelo meio técnico que identifica neste um valor simbólico representativo da identidade coletiva de determinado grupo.

Com o tombamento do bem busca-se a valorização econômica do espaço e com o auxílio do marketing é ampliado o universo de produção de mercadorias simbólicas com paisagens dominantes. Equivale dizer que nesse processo há uma fragmentação da informação —seleção, montagem, edição—, que irá conquistar o público. Além disso, há uma promoção de cidades por meio de eventos, políticas de atratividade de pessoas e negócios; que são destacados em páginas de

1 O patrimônio cultural é considerado por determinado conjunto social como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, não abarca apenas os monumentos históricos, mas também o desenho urbanístico e outros bens físicos, e a experiência vivida condensada em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (Canclini, 1994, p. 99).

2 De acordo Bogéa et al (2007) o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bem de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo da população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

jornais e revistas em busca de um posicionamento das cidades no contexto global.

O segundo comportamento comum incide na súbita visibilidade dos centros históricos na medida em que passam a ser lugar privilegiado de promoção de “antigos” e criação de “novos” patrimônios. No discurso, os centros antigos são comumente apresentados como a “identidade da cidade” que precisa ser resgatada. Desse ponto de vista, os centros tornam-se lugares especiais por serem núcleos originários da cidade. Mas, para atender as novas demandas passam pelo processo de refuncionalização³. E novamente com uso da mídia, estabelece-se um processo de transformação da imagem negativa, que insistia em apresentá-lo degradado e decadente —o que nem sempre corresponde inteiramente à realidade— em espaço desejável para consumo. A imagem é condicionada ao apelo visual dos produtos culturais. Os centros históricos passam a ser transformados em cenários para o consumo e para a satisfação das necessidades de lazer da sociedade contemporânea. Assim, tenta-se associar funções do patrimônio antigo com as demandas e serviços modernos.

O terceiro comportamento consiste na implementação dos programas de “preservação” e “revitalização” urbana. Nessa lógica de mercado, os centros antigos que até então não tinham uma história “lembrada” convergem para um ponto único: a utilização de estratégias de promoção e criação de imagens e marcas com sentimentos saudosistas e cívicos que visam legitimar a prática preservacionista inventada pelos governos.

Assim, no Brasil, o patrimônio cultural tem sido utilizado como elemento estratégico na concorrência entre cidades, tanto no cenário nacional

quanto internacional. Muitos projetos urbanos elegeram os centros antigos como espaços privilegiados de cultura com os propalados programas de “preservação”. Além disso, a multiplicação de inúmeros patrimônios trouxe conseqüências para o seu entorno, especialmente no que se refere à paisagem urbana. De acordo Luchiari (2002), são escolhidos os “bens” mais atrativos aos olhos de um grupo dominante que poderão atrair investimentos, desenvolvendo aí, uma territorialidade *do e para* o turismo. Nesta perspectiva:

(...) o lugar não é visto, vivido ou compartilhado. Deles são selecionados um conjunto de pontos atrativos que constroem uma narrativa artificial do lugar. Em torno destes produtos ocorre, então, a reprodução de modelos urbanos que participam de uma refuncionalização fragmentada da cidade, e de uma valorização do solo que imprime ao território um uso seletivo. (Luchiari, 2002 p.40)

Este trabalho procura o distanciamento crítico do pensamento que exalta em demasia as potencialidades turísticas, como a melhor forma para o desenvolvimento. Propõe-se a analisar as implicações, na dinâmica urbana, relacionadas à implementação do Programa de Preservação e Revitalização Urbana, iniciado no fim da década de 1970, no bairro Praia Grande, localizado no centro histórico da cidade de São Luís-MA/Brasil. Analisa-se uma realidade concreta que tende a banalizar as particularidades do local em função de fórmulas globais que promulgam a refuncionalização turística com exaltação do patrimônio cultural.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a valorização do patrimônio no centro histórico de São Luís ampliou as formas de consumo cultural e consequentemente impulsionou a transformação das paisagens em função da primazia do

3 A refuncionalização diz respeito a alteração no sistema de valores que atinge o sistema material que compõe o espaço construído. Isso significa que nem tudo o que é refuncionalizado deve passar por demolições, reformas ou acréscimos, ou seja, nem sempre se pode observá-lo ocorrer na paisagem. Refuncionalizar, é como a palavra já diz, alterar a função de determinada coisa, e só. Não atrela, de modo algum, a mudança de função com intervenção na constituição física do elemento do sistema material, mas, atribui, a esse elemento, um novo valor de uso, que é a essência de uma refuncionalização (Evaso, 1999).

valor econômico sobre os bens tombados. Com o marketing urbano criou-se a imagem do “espaço” desejado, antes estigmatizado, pela exploração da carga histórica-cultural.

O Bairro Praia Grande possui uma longa história. É o espaço originário da cidade de São Luis e desde 1979 vem sendo contemplado pelo programa de revitalização, com períodos de maior ou menor dinâmica, continuando em andamento até os dias de hoje. Exatamente por isso, a partir dele é possível observar concretamente as mudanças de abordagens em relação ao trato da área central e como vem se modificando.

Para a verificação das transformações sofridas pela implementação do programa de revitalizações do bairro Praia Grande, foram adotadas categorias da geografia —espaço e paisagem—. Tal decisão deve-se ao fato de que para analisar o espaço em suas múltiplas dimensões tais categorias tornaram-se mais acessíveis para avaliar sua forma. De acordo com Cavalcanti (2001), deve-se considerar a forma não só como a simples localização e arranjo de lugares, mas como a expressão do modo de vida, que está ligado ao modo de produção econômica com todas as esferas da vida social.

Enquanto Santos (1991, p. 27) afirma que para analisar o espaço:

(...) deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos espaciais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo —da sociedade— não é independente da forma —os objetos geográficos—, e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

O uso da categoria paisagem consiste no meio de apreender uma ordem espacial imposta ao ambiente – construído ou natural. Enquanto

ordem espacial, a paisagem, apresenta-se como marca “das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo (Zukin, 2000).” De forma complementar, Santos (1997, p. 61) define a paisagem como “tudo aquilo que vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem”. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca.

Segundo Santos (2002, p. 107) “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais”. A paisagem representa a história viva de uma sociedade, pois é determinada pelas funções sociais que a caracterizam.

E esta paisagem torna-se viva de acordo com Santos (1997, p. 73), quando “há uma adequação da sociedade – sempre em movimento – à paisagem. A sociedade se encaixa na paisagem, supõe lugares onde se instalam, em cada momento, suas diferentes frações”. Pois a paisagem esta inserido nas relações culturais, sociais, econômicas e política de um determinado espaço.

Para a consecução dos objetivos utilizou-se fundamentalmente de documentos institucionais. De acordo com Gil (1991), na pesquisa documental existem os documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas, e os documentos de segunda mão que de alguma forma já foram analisados. No trabalho foram utilizados os dois tipos. Outro método utilizado versou na observação que, segundo Laville e Dione (1999), não se trata de uma contemplação passiva, mas num olhar ativo sustentado por uma questão ou por uma hipótese.

Considera-se a investigação proposta como um desafio, pela complexidade de apreender o espaço

urbano, na medida em que há muitas formas de representar e interpretá-lo, bem como existem muitas maneiras de perceber o fenômeno de (re) produção do espaço urbano considerando a dimensão física articulada com fatores econômicos, culturais e sociais. Mas, para Santos (1977) a produção do espaço está atrelada à forma de apropriação da natureza e à sua relação com a sociedade e o capital. A partir disso, a base material é construída e as relações sociais e culturais reproduzidas.

Se espaço é, também, uma produção humana, que o homem o produz e o transforma para atender as suas necessidades. Será que ele produzido a partir do desejo de satisfazer as necessidades de todos ou há uma relação de apropriação e expropriação que condiciona as relações que o produz? Essas são questões que permearam a compreensão do processo de produção espacial da Praia Grande.

Praia Grande: de bairro comercial para cartão postal da cidade São Luís

O Bairro Praia Grande, parte do Centro Histórico da cidade de São Luís - MA, assim como outras cidades brasileiras construídas sob a influência do ecletismo, foi relegado ao abandono. Passou por uma desvalorização imobiliária, até mesmo por uma deterioração física. Hoje, esse quadro vem sendo mudado com as políticas de preservação e “revitalização”. E essa (re) valorização pela área central vêm promovendo significativa reconfiguração urbana, principalmente pelo recebimento do título de “Patrimônio Cultural da Humanidade” pela UNESCO desde 1997. Mas, até chegar ao quadro atual houve muitas intervenções fruto

de um processo histórico que será apresentado sinteticamente.

A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, foi fundada pelos franceses em 1612, invadida por holandeses e colonizada por portugueses. Está localizada na ilha Upaon-Açu —denominação dada pelos índios Tupinambás, cujo significado é “Ilha Grande”—, entre as baías de São Marcos e São José. É conhecida por vários pseudônimos, a saber: —Atenas Brasileira, Ilha do Amor, Cidade dos Azulejos e Jamaica Brasileira—⁴. Além disso, é vista como uma cidade de muitas tradições folclóricas muito fortes como o bumba-meu-boi, festa de tradição afro-indígena que aflora na cidade nas festas do mês de junho. Além disso, possui o Tambor de Crioula, o Cauriá e o Tambor de Mina e outros.

No início de século XVII, São Luís exercia a função de centro administrativo, época em que tinha o bairro Praia Grande como ponto de carga e descarga de mercadorias e de passageiros nacionais e internacionais. Para Reis (1990), a Praia Grande consolidou-se como o principal centro comercial e residencial da cidade.

Ao contrário da cidade de São Luís, Reis (1990) afirma que não há data que marque o momento inicial do bairro Praia Grande. O seu surgimento está ligado à organização sócio-espacial de São Luís como um todo, tendo como fator decisivo a presença do porto, que era entrada e saída obrigatória da cidade através do meio de transporte de então, o marítimo-fluvial.

A partir da utilização do porto, a área adjacente foi sendo povoada, pois todo o comércio centralizava-se nesse ponto, onde a circulação de barcos era muito intensa, fato que proporcionou

4 Atenas Brasileira: Devido aos filhos dos nobres que eram enviados para estudar nos países europeus como Portugal, Inglaterra e França. Além disso, houve um significativo número de escritores locais que exerceram papel importante nos movimentos literários brasileiros a partir do romantismo.
Ilha do Amor: atribuído em função ao grande número de poetas que louvaram a cidade e pelo romantismo que a própria arte carrega.
Cidade dos Azulejos: em função da arquitetura e decoração azulejada frontal dos antigos casarões, provenientes dos países europeus.
Jamaica Brasileira: a partir da chegada do reggae nos anos de 70 que tomou força no Maranhão até os dias de hoje.

a multiplicação de estabelecimentos comerciais e construção de casarios com dupla função: comércio no andar térreo do imóvel e residência no andar superior.

A época de construção dos casarões e sobrados da Praia Grande remonta aos tempos em que o estado do Maranhão teve participação efetiva na produção econômica do Brasil, como um dos grandes exportadores de arroz, cana, algodão e produtos têxteis (Mesquita, 2008). Para Spix e Martius (1981), São Luís chegou a ser considerada a quarta cidade mais importante do império brasileiro, ao lado do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em 1835, pois tinha um porto que ainda garantia o escoamento da produção agrícola do interior e das indústrias que continuavam em atividade.

Com a política de integração nacional do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, na década de

1940, houve a reorganização do sistema de distribuição de mercadorias por transporte rodoviário a partir dos centros industriais do sudeste do país, época em que o Maranhão mergulhou numa estagnação econômica na qual São Luís perde seu papel de hegemonia comercial e industrial (Lopes, 2008).

Segundo Burnett (1999), esse associado a outros fatores provocaram o esvaziamento econômico e social da Praia Grande e de bairros adjacentes, levando ao abandono de inúmeros imóveis nessa área e ao conseqüente arruinamento dos mesmos. Registra-se que a ocupação residencial da área se deu muito na forma de cortiços e pela prostituição, sendo esse fato um dos motivos que reforçou a deterioração das edificações, o colapso dos serviços de infra-estrutura urbana e a saída cada vez mais acentuada de classes abastadas no bairro (Governo do Maranhão, 1997).

Figura 1.
Rua Portugal do bairro Praia Grande (1950).



Rua Portugal —uma das principais vias utilizada para recebimento e escoamento de mercadoria do Porto da Praia Grande—. Fonte: Andrés (2008)

Devido à expansão da cidade, com conseqüente a mudança das áreas habitacionais para os novos bairros, o Centro Histórico ficou abandonado e os prédios fechados, por causa do desinteresse dos proprietários. Acabaram por deteriorar pela ação do tempo. Para reforçar a evasão da área foi construída uma ponte, inaugurada em 1970, que ligava a cidade antiga ao litoral, permitindo que as famílias mais abastadas migrassem e se estabelecesse no outro lado da cidade.

Com o abandono das famílias abastadas, o Centro Histórico de São Luís ficou esquecido pelo poder público. Passou a ser visto e propagado pelos meios de comunicação como área perigosa e violenta, associada também ao estigma da ZBM⁵. Mesmo sendo relegado pelas autoridades, continuou figurando como espaço frutífero para o desenvolvimento das sociabilidades, visto que, o mesmo continuava sendo habitado pela população de baixa renda.

No fim da década de 1970, o Governo do Estado do Maranhão inicia o programa “revitalização” para a “cidade velha”. E a ideologia do declínio do centro antigo foi a “bandeira” do projeto de modernização e desenvolvimento urbano na cidade de São Luís, no Governo Sarney, esta revitalização decorreu no período de 1966 a 1970.

Vê-se que nessa época os projetos urbanos se voltam para o centro da cidade, notadamente no bairro Praia Grande, quando foram realizados serviços de infra-estrutura, melhorias viárias reformas em casarões, com o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - Projeto Praia Grande. Dentre os bairros que compõem o centro o bairro Praia Grande recebeu maior investimento com o programa de “preservação”. No documento preliminar do

programa há as seguintes considerações que justificam o investimento na área:

O estado de deterioração em que se encontra hoje a parte mais antiga de São Luís representa um desperdício monumental, em termos culturais tanto quanto econômicos. O presente projeto objetiva proporcionar, a esta área, o dinamismo e a distinção que ela merece. A importância do empreendimento, como também sua viabilidade, baseia-se nos fatores a seguir abordados:

Patrimônio Histórico: A Praia Grande representa um dos mais expressivos conjuntos existentes da arquitetura colonial brasileira. Enquanto outras cidades – Salvador, Olinda e as cidades históricas mineiras – possuem conjuntos importantes, somente São Luís, entre as grandes cidades brasileiras, contém uma área tão extensa, e ainda intacta. (...)

Turismo: Mesmo no estado de abandono em que se encontra atualmente a área constitui a maior atração turística do Estado, e já possui um infra-estrutura rudimentar para atender a este setor. A recuperação arquitetônica e a consolidação e ampliação das atividades comerciais e culturais, representam a oportunidade mais viável para ali se dinamizar o turismo. (Gisiger, 1978, pp. 5 y 6).

Em outubro de 1979, ocorreu o I encontro Nacional da Praia Grande, promovido pela Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN no qual estavam presentes técnicos e representantes de órgãos voltados para a preservação e proteção de bens culturais em todo país. Neste encontro foi criado um grupo de trabalho e uma comissão para discutir e implementar o projeto.

Dentre as políticas de orientação do projeto tem-se as seguintes diretrizes :

Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda; Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.

5 A ZBM (Zona do Baixo Meretrício), foi criada, no início da década de 1940, durante a Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão. Lopes (2004) aponta que a ZBM funcionou de forma mais intensa entre as décadas de 1950 até o início dos anos oitenta. Segundo Reis (2002, p.23), a ZBM se localizava “bem no coração do Centro Histórico de São Luís”. A área central de São Luís encontrava-se desvalorizada economicamente e discriminada, por fazer parte de uma área degradada, e ainda era considerado abrigo da promiscuidade e marginalidade

Figura 2.
Cartao postal da Ponte José Sarney ligando a Cidade Velha à Cidade Nova



Ponte: José Sarney construída em 1970 com 820m de extensão liga o centro antigo ao litoral. Fonte: Google imagens, 2009

Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato das atividades relacionadas ao turismo cultural. (Gisiger, 1978).

O Projeto Praia Grande apresentava, dentro das suas atividades, os seguintes sub-programas:

- › Sub - Programa de Obras do largo do Comércio - tinha como objetivo consolidar o processo de recuperação social e econômica da área da Praia Grande;
- › Sub - Programa Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís - tinha como objetivo criar condições, não só para permanência das famílias que habitavam na área, mas também assegurar o aumento da oferta de unidades habitacionais;
- › Sub - Programa de Revitalização das Atividades Portuárias - consistia na revitalização das atividades portuárias como fator de geração de emprego e renda;
- › Sub - Programa de Pesquisa e Documentação - tinha como objetivo identificar, catalogar e manter um arquivo organizado com as informações e os documentos essenciais para ajudar na preservação do Centro Histórico;
- › Sub - Programa de Aquisição e Recuperação de Imóveis para Implantação de Projetos de Interesse Social - visava a obtenção de recursos financeiros para a aquisição de imóveis no Centro Histórico, para a implantação de programas de interesse social;
- › Sub - Programa de Restauração de Prédios Públicos no Centro Histórico - destinava-se a

fazer cumprir a obrigação do poder público de restaurar seus imóveis localizados no Centro Históricos;

- › Sub - Programa de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico - tinha como objetivo assegurar a restauração e conservação dos monumentos mais inéditos e outros de caráter religioso;
- › Sub - Programa de Recuperação da Infra-Estrutura urbana e Serviços Públicos - preocupava-se com as questões referentes a transporte, sinalização e trânsito, saneamento, limpeza urbana e drenagem, abastecimento d'água, redes de esgoto, redes de energia elétrica e telefone;
- › Sub - Programa para a Recuperação da Arquitetura industrial do Centro histórico —Projeto São Pantaleão— - tinha como objetivo recuperar as fábricas e adequar suas instalações a usos mais intensivos pela comunidade;
- › Sub- Programa de Recuperação do Patrimônio Ambiental urbano - objetivava recuperar praças e jardins e integrá-los ao conjunto arquitetônico;
- › Sub - Programa Editorial e de Divulgação - publicaria periodicamente as principais propostas e planos, bem como o resultado dos estudos e pesquisa;
- › Sub - Programa de Planejamento e Administração - visava suprir as carências de recursos humanos, através de um Grupo de Trabalho capaz de atuar com regularidade. (Gisiger, 1978)

Com o Projeto Praia Grande, alguns prédios foram ocupados por repartições públicas, museus, lanchonetes, bares, restaurantes, pousadas, entre outras opções de lazer e entretenimento. Mas, no ano de 1983 o trabalho de recuperação foi paralisado. Em 1987 este projeto ressurgiu como uma “nova” proposta do Governo do Estado, representado na época pelo Governador Epitácio Cafetei-

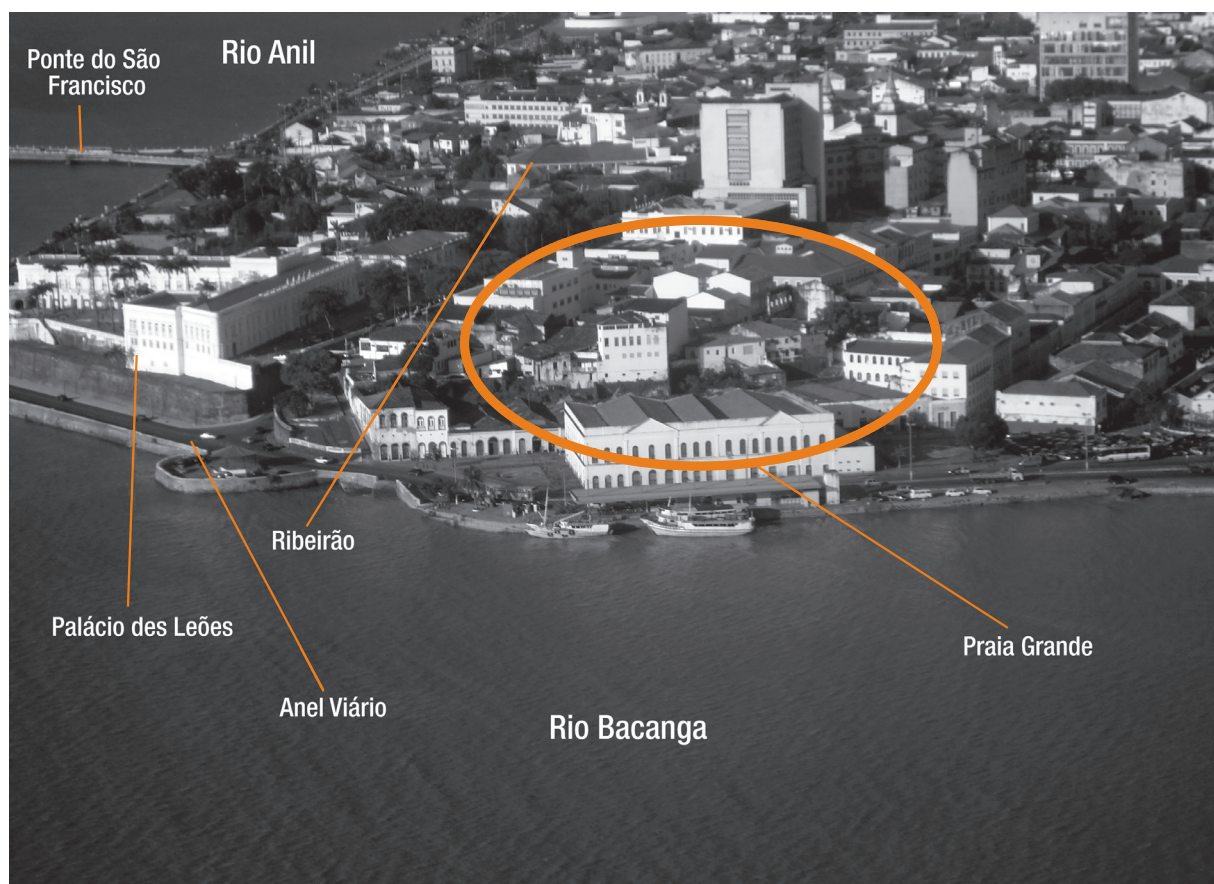
ra, cedendo lugar ao Projeto Reviver, com o objetivo de assegurar de forma definitiva a preservação do patrimônio cultural, concentrando suas ações na área da Praia Grande. Essa mudança de nome, de projeto Praia Grande para Projeto Reviver em nada mudou a estratégia de intervenção urbana, apenas foi intencionada para criar uma marca de um governo. Mudou-se a nomenclatura, mas permaneceu o conteúdo, o conjunto de idéias e projetos. O governador deu continuidade ao que já vinha sendo feito. Na verdade haveria uma mudança ou o início de um novo ciclo se houvesse mudança de um posicionamento modernizante para um projeto realmente preservacionista. O fato é que às vezes mudam os “rótulos”, mas são as mesmas pessoas que ocuparam os postos-chaves e fazendo a mesma política.

Em 1997, depois de muitas tentativas do governo e dos técnicos envolvidos com o Patrimônio, a UNESCO concede à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. O Centro Histórico de São Luís foi inscrito na lista da UNESCO por ser considerado um conjunto homogêneo de edificações influenciadas pela arquitetura portuguesa remanescente dos séculos XVIII e XIX.

Entre os conjuntos urbanos brasileiros reconhecidos pela UNESCO, São Luís é o único cuja inscrição na Lista de Patrimônio Mundial está baseada em três critérios diferentes. Os critérios citados incluem-se na Convenção do Patrimônio Mundial, e são: “iii – Testemunho excepcional de tradição cultural”; iv – “Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra um momento significativo de história da humanidade”; “v - Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época” (Lopes, 2008, p.47).

O centro histórico de São Luís/MA, após receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o governo do Estado do Maranhão e a iniciativa privada se uniram para transformar a cidade de São Luís, num pólo do turismo, via espetacularização do Centro Histórico, especialmente da Praia Grande, oferecendo atrativos diversificados

Figura 3.
Centro histórico de São Luis – cidade velha



PO Centro Histórico de São Luís compreende uma área de 220 hectares de extensão. Cerca de 2500 imóveis estão tombados pelo patrimônio histórico estadual, e 1000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Fonte: Gonçalves (2006).

que misturam modernidade e tradição, com abertura de núcleos de diversão e lazer, voltados para o turista.

Desta forma, a Praia Grande teve significativo prestígio por concentrar maiores investimentos de recursos públicos na conservação de seu patrimônio edificado, tornando-se assim, em tese, o cartão de visita da cidade.

A “preservação” da Praia Grande: entre o discurso e a prática

Em todo mundo estudiosos ressaltam que a dinâmica de determinados espaços urbanos estaria cada vez mais dependente da interação

entre patrimônio e turismo e que estas relações não estariam restritas apenas à cultura, mas principalmente às relações econômicas. Estes estudos postulam a difusão das externalidades negativas. Arantes (2001), Choay (2001), Zukin (2000), Harvey (1992), entre outros, mostram que as políticas de revitalização associadas ao patrimônio e ao turismo em vários centros antigos tendem a consolidar a higienização social com ameaça às identidades locais.

De acordo com o processo histórico de constituição, o bairro Praia Grande analisado, construído sob a influência do ecletismo, chegou ao auge com as atividades portuárias e depois foi “abandonado” pelas famílias abastadas e conseqüentemente “esquecido” pelo poder público. Essa área outrora

considerada degradada sob a acusação de descaso da população ou de determinados grupos sociais, hoje tem sua imagem revertida pelo marketing urbano⁶.

A divulgação desse espaço enfatiza preponderantemente o título de patrimônio cultural da humanidade para atrair turistas e consumidores. A inversão do bairro de decadente para ícone turístico vem se dando pela constante produção de imagens uniformes e estratégias orientadas, sobretudo, para internacionalização do patrimônio cultural. O bairro Praia Grande, de forma clara e recorrente, está presente nas diversas formas midiáticas, as quais são utilizadas estrategicamente para atrair olhares, diga-se também, recursos para a nova função que lhe foi atribuída.

Assim, o espaço adquiriu centralidade nos discursos de representantes do Estado, dos intelectuais, e dos técnicos, o que o tornou, “visível” do ponto de vista físico-material para um grupo de consumidores que se quer atrair.

O conjunto da Praia Grande é formado por ruas, becos, travessas e escadarias que se constituíram por muitos anos no centro comercial de São Luís. Hoje, guarda a memória de um tempo de esplendor e opulência. É um patrimônio cultural único - orgulho, coração e alma da cidade. (Patrimônio, 2009)

Com o projeto de revitalização o governo recuperou fachadas, revitalizou prédios, praças, e sobrados, investiu na infra-estrutura. O fato é que, na prática, algumas ruas foram mais beneficiadas que outras com serviços de infra-estrutura, segurança e policiamento.

Na Praia Grande há ruas como maior concentração de bares, pousadas e boates refinadas que, por sua vez, assumem uma postura elitizada através da prática de preços exorbitantes e discriminação pelo poder aquisitivo. No que tange à configuração do

espaço há pessoas que, pelo fato de não “combinarem” com o patrimônio cultural, são retiradas de circulação ou inibidas pelos seguranças privados ou pelos próprios fiscais da prefeitura. É o caso dos vendedores ambulantes, pedintes e hippies, já que

Figura 4.
Casarão em ruína



Prédio—ou o que restou dele— que caiu em abril de 2008, localizado na rua do Sol No 607, ao período de chuvas que assolou na capital maranhense. Fonte: Smith Junior (2009).

é quase impossível não ser abordado por alguns desses na estada da Praia Grande.

Entre todos, os hippies são os mais discriminados, por serem vistos como irresponsáveis, sujos, perigosos, drogados ou coisas do gênero. Para muitos transeuntes, os hippies não deveriam estar na Praia Grande, já que não são da cidade, não

6 Considera-se o marketing urbano não trata apenas o processo planejado de emitir para o exterior uma imagem atrativa dos lugares, mas que procura também manipular as representações que os próprios residentes fazem do território e das pessoas que se busca atrair.

agregam valor para o turismo e só servem para sujar a imagem do patrimônio. “Aqueles hippies da Praia Grande são uma mácula cultural na atualidade para nossa capital, urge providências urgentes, representam uma violenta agressão cultural, pois são nocivos a quem nos visita” (Jornal Pequeno, 2009). A possibilidade de agregar valor ao solo urbano incentivou a imposição de certas paisagens, por meio da pressão exercida pelos agentes privados produtores do espaço e pelo poder público sobre paisagens “indesejáveis”, corroborando o que Zukin (2000) chamou atenção para “paisagens de poder”.

A sobreposição do valor econômico ao patrimônio, em detrimento de outros fatores passou a pressionar por apresentação de eventos pré-programados, expressando, de certo modo, a artificialidade. As instituições de poder vêm conquistando autonomia de ação sobre o espaço central, privilegiando determinados grupos sociais com a apresentação das manifestações culturais. Ferretti (2002) já apontou em trabalho anterior que o Tambor de Crioula e outras manifestações folclóricas vêm sofrendo um processo de deslocamento e esvaziamento de seu significado original. A adoção da racionalização da cultura levou alguns grupos a assumir dimensões de pequenas empresas, transformando a dança, antes um ritual produzido no contexto de uma classe, em um espetáculo de consumo turístico.

Analisando o discurso do Estado no documento institucional que ressalta a necessidade de preservar o patrimônio, na prática não se viu movimento expressivo que reflita a preocupação do uso ou a inserção dos bens históricos no cotidiano da população que já estava no espaço. O que se verifica na maior parte dos casos é que a intervenção estatal está amplamente vinculada ao mercado, focado na valorização turística. Os projetos de interesse social e inclusão da comunidade são

pífios, ocasionando o estranhamento dos moradores, ao mesmo tempo em que transforma tudo em “espetáculo”.

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um suplemento ao mundo real, a sua decoração readicionada. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são, identicamente, a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação da parte principal do tempo vivido fora da produção moderna. (Debord, 1997).

O subprograma de habitação de interesse social não foi implementado como fora proposto no programa de revitalização. A noção de “preservação” da cultura e da identidade invadiu a retórica alusiva às políticas urbanas como um meio de promover e “vender” o espaço.

O fato é que existem inúmeros casarões abandonados e alguns habitados por pessoas, entre elas crianças que coabitam com ratos e baratas. Para piorar a situação os casarões ameaçam cair nas cabeças dos moradores e quando já desmoronados servem de estacionamento como meio de renda da poluição carente.

Conclusões e recomendações

A “consciência preservacionista” que se consolidou no Brasil na década de 1980 se irradiou através do tombamento —municipal, estadual e federal— e inscrição de bens na lista da UNESCO como patrimônio. Entre as cidades difundiu-se a concorrência acirrada por investimentos e turistas. No bairro Praia Grande viu-se a crescente proliferação de patrimônios tombados.

A partir do momento em que a área central de São Luis passou a ser alvo de investimentos públicos, buscou-se mudar artificialmente a face do espaço, ou seja, muitos dos aspectos enfatizados como elementos atrativos são representações que, por via da encenação e elaboração de cenografias, são vendidos como mercadoria aos turistas. Frequentemente o que é apresentado muito pouco ou nada tem a ver com aquilo que é a vida cotidiana no espaço. Assim o exagero na comercialização de produtos supostamente oriundos da cultura local, que forjam eventos e festejos supostamente tradicionais, além das inúmeras apresentações de rituais e manifestações culturais fora de épocas, traduz-se no que Eric Hobsbawm denominou em “invenção da tradição”.

Essa postura mercadológica promoveu uma seleção de conceitos e de uma arquitetura cenográfica para atrair indivíduos, que são meros contempladores unidimensionais, tendo por força da propaganda apenas a aparência de ser uma comunidade homogênea (Sennet, 1998). Segundo Sánchez (1999, p.115) o “city marketing constitui-se na orientação política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão”.

Com o objetivo de atrair cada vez mais consumidores e turistas, criaram-se imagens superficiais do espaço para agregar valor, por meio da mídia. Foram realizadas intervenções urbanas, com adequação das infra-estruturas, tanto para a espetacularização (Debord, 1997) quanto para esconder a realidade, ocorrendo o que Zukin (1996) chamou de disneyficação do lugar. Na prática tenta-se apagar ou ocultar os problemas evidenciados na área, tais como prostituição, roubo, pobreza e drogas.

Com a lógica de mercadológica, a indústria do turismo volta-se para o uso da cultura que valoriza o aspecto comercial e a exploração dos recursos

patrimoniais. Essa iniciativa foi amparada pelo governo, que explora incisivamente na mídia o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO. Esse rótulo tornou-se uma grife que possibilita a extração de uma renda monopolista (Harvey, 2005, p.221).

A excessiva valorização econômica do centro antigo de São Luis pode acabar por esvaziar significativamente o valor cultural que, ironicamente, em grande medida, constitui-se no principal motivo para que áreas como estas possam a ser consideradas patrimoniais, representando a identidade de um povo. A partir da análise do discurso e da prática, da ligação entre o lugar imaginado e o lugar real questiona-se qual o limite entre o “real/autêntico” e o “imaginário/falsificado”? Cabem aqui as palavras de Canclini (1994, p.113): “toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma meta-linguagem, não faz falar as coisas, mas fala de e sobre elas”.

Fica, então, a idéia que a imagem forjada, que consiste na utilização do patrimônio como cenário para o consumo e a fruição turística: consume-se o próprio bem e outros produtos que se utilizam de seu status (CHOAY, 2001). Para Jeudy (2005, p. 20): hoje o patrimônio convive com essa contradição, uma vez que “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização, (...) as estratégias mais correntes orientam-se na direção de uma combinação que contenha esta contradição: o que é tido como sagrado não impede a circulação de valores materiais”.

Bibliografia

Andrés, P. (2008). *Programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís*. Governo do Estado do Maranhão.

Arantes, O.; Vainer, C. & Maricato, E. (2002). *A cidade do pensamento único: desmanchando consenso*. (3a edição), Petrópolis: Editora Vozes.

- Bogéa, K. B. S. R, S. Pestana, R. G. (2007). *Centro Histórico de São Luis Patrimônio Mundial*, São Luís: (s.d).
- Burnett, C. F. (1999). *Programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís Terceiro Seminário Internacional sobre Reabilitação de Centros Históricos de Cidades da América Latina e do Caribe*, (SIRCHAL 3), Santiago: (s.d).
- Cavalcanti, L. S. (2001). *Geografia da cidade*. Goiânia: Alternativa.
- Canclini, N. G. O (1994). Patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (No 23). Rio de Janeiro.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Evaso, A. S. (1999). A refuncionalização do espaço. In: *Experimental – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH – Departamento de Geografia da USP*. São Paulo: Humanitas.
- Ferretti, S. (2002). *Tambor de Crioula: ritual e espetáculo*. (3 ed.). São Luís: Comissão Maranhense de Folclore.
- Fonseca M. C. L. (1997). *Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (3 ed.). São Paulo: Atlas.
- Gisiger, J. U. (1978). *Renovação urbana da Praia Grande: estudo preliminar*. São Luis: (s.d.).
- Gonçalves, D. S. (2006). Moro em edifício histórico, e agora?. Avaliação pós-ocupação de habitações multifamiliares no Centro Histórico de São Luís – MA. (Dissertação Mestre). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Governo do Maranhão. (1997). Documento: proposta do Governo do estado do Maranhão para Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (com apontamentos complementares 2ª versão), São Luís: (s.d).
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Jornal pequeno. Turismo: Mesmo maltratada São Luís, nos seus 397 anos. Continua bela! Acesso: Septiembre 9 de 2009. Disponível em: www.jornalpequeno.com.br/.../Pagina121299.htm.
- Laville, C. D., J. (1999). A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG.
- Lopes, J. A. V. (2008). São Luís ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís: (s.d).
- Luchiari, M. T. D. P. (2002). A mercantilização das paisagens naturais. In: Brunhs, H. T. & Gutierrez, G. L., (orgs). *Enfoques Contemporâneos do Lúdico: III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade*. Campinas-SP: Autores Associados, Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp.
- Mesquita, B. A. (2008). A dinâmica recente do desenvolvimento do Maranhão: diagnóstico e perspectivas. Artigo disponível na apostila da disciplina Desenvolvimento Regional ministrada no Curso de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

- Reis, R. J. (1990). *Produção do espaço urbano da Praia Grande São Luís*. (Monografia do Curso de Geografia). Universidade Federal do Maranhão.
- Reis, J. R. S. (2002). *ZBM: o reino encantado da boêmia*. São Luís: Lithograf.
- Rodrigues, M. (1995). Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: *De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo*.(s.d.).
- Sánchez, F. (2003). *Reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.
- Santos, M. (1977). *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB.
- Santos, M. (1991). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1997). *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: hucitec,
- Sennett, R. (1988). *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Araujo W., L. (Trad.). São Paulo: Companhia das letras.
- Smith, J. Fotos de São Luís. Acesso: Enero 20 de 2009. Disponível em: <http://photoetgraphia.blogspot.com/2008/04/mais-um-casaro-que-cai-no-centro.htm>
- Spix, J. B. V. (1981). *Viagem pelo Brasil 1817-1820*, São Paulo: USP.
- Zukin, S. (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, A. (org.). *O Espaço da diferença*. São Paulo: Papirus.